

NÚMERO AVULSO 50 CENTAVOS

Série de 12 números, pagamento
adiantado, 6300

Publicidade a preços convencionais

Editor — Eduardo Lopes

Tragem: 10 000 exemplares

DIRECTOR

HENRIQUE GALVÃO

CORPO REDACTORIAL

HUGO ROCHA

J. MIMOSO MOREIRA

MÁRIO DE FIGUEIREDO

Redacção e Administração:

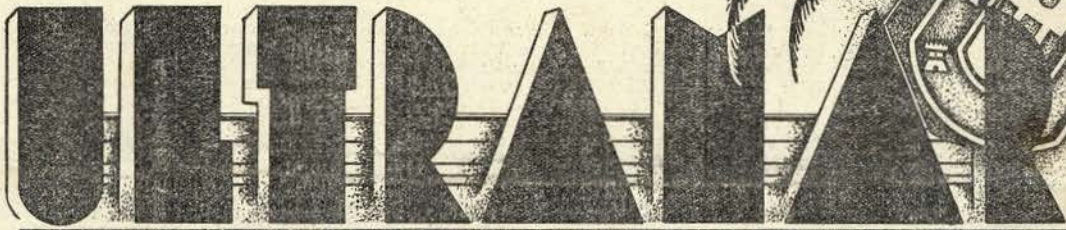
PALÁCIO DAS COLÓNIAS

(Palácio de Cristal)

▼ ▼ (TELEFONE 89) ▼ ▼

Composto e impresso na «Imprensa

Portuguesa», Rua Formosa — Póvo



ORGAO OFICIAL DA EXPOSIÇÃO COLONIAL

A I Exposição Colonial Portuguesa

O grande acontecimento nacional de 1934, foi inaugurada a 16 de Junho com um brilhantismo excepcional. A sua abertura foi presidida pelo Chefe do Estado, tendo assistido quasi todo o Governo, Corpo Diplomático, Cardeal Patriarca e altas entidades da sociedade portuguesa

O Póvo, cidade onde as nobres iniciativas por um conjunto de energias positivas e dedicadas se transformaram em realidades, viveu no dia 16 do mês findo na sua movimentada existência um momento de profunda emoção — emoção que há de, sem dúvida, transmitir-se, como luzada reagente, pelo país fora.

A's 16 horas inaugurava-se, oficialmente, com a solenidade que a grandeza do acontecimento requeria, a I Exposição Colonial Portuguesa.

A soma de esforços congregados no mesmo simpático objectivo e o conjunto de energias reunidas no mesmo ritmo ansioso de perfectibilidade tiveram a sua realização expressiva.

Ao cabo duma estrada nem sempre florida; tantas vezes polvilhada de espinhos, é extremamente consolador atingir-se, dentro dos limitados recursos facultados, o máximo da perfeição.

O certame, que tem as suas portas abertas ao público, honra o Póvo, dignifica o País perante o estrangeiro.

Sem as possibilidades que é de uso encontrar lá fora ficando a efectivação de certames desta categoria, a Exposição Colonial ergue-se como uma manifestação de notável realce, de equilibrada organização e do sentido perfeito que pretendia atingir.

Aquela Exposição em verdade nivela-se em grandeza à grandeza do nosso Império Colonial.

Perambulando o vasto recinto, que



Efeito nocturno da grande fonte luminosa da I Exposição Colonial

(Cliché ALVÃO)

se torna reduzido, afinal, para comportar as suas instalações, «vive-se» um ambiente instancional.

Quem visitou os certames de Sevilha, Barcelona, Anvers, Liège e Paris tem de confessar que a nossa Exposição não envergonha. Tudo ali tem carácter, tem interesse, tem o movimento das grandes paradas culturais, económicas, pitorescas e atraentes.

Os variados aspectos que se tornavam necessários para imprimir o carácter devido ao certame foram escolhidos com inteligência e postos em foco de forma a elucidar, a convencer e a rectificar a opinião dos entendidos e a esclarecer a massa anónima em matéria colonial.

O Passado, o Presente e o Futuro do Império estão ali no Palácio das Colónias evocados com emoção, testemunhados com clareza e apontados com o desejo fremente de patriotismo e de manter em perfeita forma, dando-lhe justa expansão, o que constituiu a aventura no período das descobertas.

Grande lição o certame, já o dissemos! Esplêndido reagente a estimular o ânimo dos portugueses de todos os credos políticos essas formosas páginas ilustradas do grande album em que se resume o documentário da Exposição.

Folheiem-no devagar. Leiam as suas páginas com atenção e todos os portugueses, quaisquer que sejam os seus ideais, sentirão momentos de íntima emoção.

A cerimónia da abertura da Exposição teve grandeza na sua simplicidade. Os clarins anunciam a chegada do Chefe do Estado. A bandeira do Império que flutuava no topo do edifício cede lugar ao pavilhão presidencial. Um avião — asas de Portugal por vezes envoltas em crepes mas sempre destemidas e heróicas — corta o azul puríssimo. Desce e passa veloz sobre o monumento ao Esforço Colonizador e deixa cair um ramo de flores. A Aviação, que ainda há dias se cobriu de glória e de luto em Vincennes e em Braga, veio prestar homenagem ao militar da ocupação, ao missionário, comerciante, agricultor, médico e à mulher e que nas insóportáveis plagas africanas asseguraram a nossa soberania, espalharam com sacrifício civilização e tornaram as selvas habitáveis e com aspectos atraentes.

A Marinha, assinalada nas campanhas de África, lá estava no primeiro plano, testemunhando o seu culto ao Esforço Colonizador.

O Chefe do Estado corta a fita verde rubra. Soa a salva de artilharia. Uma banda de música executa a «Portuguesa». Fora do ambiente os sinos tocam, as «sirenes» das fábricas e dos automóveis ensurdecem com o seu ruído. Sob o mastro de honra a bandeira nacional. Estava inaugurada a I Exposição Colonial Portuguesa, — o grande acontecimento nacional do ano de 1934, que lisonjeia a sensibilidade de nacionais e nos acredita aos olhos de estranhos.

Estão franqueadas as portas do Palácio da Exposição. Impõe-se uma visita demorada a toda a gente. Que dessa visita se colham elementos construtivos e uma das finalidades do certame estará satisfatoriamente conseguido.

Assistência indígena nas Colónias Portuguesas

Disse o Ministro das Colónias, belga, sr. Paul Tschoffen, em 17 de Novembro de 1932, perante a *Société Belge d'Etudes et d'Expansion*: «... Il faut protéger la santé des blancs et rétablir celle des noirs. C'est là une condition de notre bonne santé financière. Même au point de vue économique, il est indispensable de se bien pénétrer de cette vérité: on ne fera rien sans l'indigène...»

Compenetrados, pois, desta verdade — que aliás, como demonstraremos, já não é nova para nós — vamos, portanto deitar fala no ULTRAMAR, sobre o tema da mais transcendente importância para a nossa política internacional e o mais complexo de todos os problemas da nossa administração colonial: a *Assistência Indígena*.

A magnitude de tal assunto — à volta do qual gira toda a acção das nacionalidades, como nós responsáveis perante a Humanidade, pelo desenvolvimento de povos de civilização primitiva — leva-nos a dividi-lo da forma que segue:

Assistência Moral — Compreendendo: *Protecção indígena; assistência médica; instrução profissional e a educação literária e espiritual.*

Assistência Económica — Compreendendo: *Trabalho; concessão de terrenos e reservas indígenas; transportes; e serviços agro-florestais e pecuários.*

ASSISTÊNCIA MORAL

Protecção indígena — Não são de fresca data as medidas de protecção dispensadas por parte de Portugal, aos naturais das suas Colónias, como vamos ver:

Assim, sabemos que em 1495 era enforcado em terras da Guiné, o espanhol «... dyogo de lepe... por que foi tomado... com certos negros que levava furtados...»

Aos pretos idos para o Brasil, também, por parte dos jesuítas eram dispensados os melhores cuidados, pois que, além de os unirem pelo casamento e distribuírem a cada um deles, habitação apropriada, instruíam-lhes os filhos em colégios adequados, onde havia «... doze vaquinhas para criação e para os meninos terem leite, que é grande alimento...»

Em Carta de Lei de 18 de Março de 1684, determinava-se, quanto à

maneira de transportar os pretos para o Brasil, que «... Sendo navios de cobertas, e que nelas tenham portinholas, pelas quais os Negros possam, comodamente receber a ventilação necessária, se lotarão dentro nas ditas cobertas sete cabeças em duas toneladas; e não tendo as ditas portinholas, se lotarão somente em cinco cabeças as mesmas duas toneladas...»

Em 30 de Setembro de 1693, proibia-se que os escravos remetidos às cadeias, fossem molestados com ferros, não se lhes podendo dar maior castigo do que aquele que estivesse previsto nas leis para as pessoas livres.

A 16 de Janeiro de 1773, dá o Marquês de Pombal os primeiros passos para a extinção da escravatura e proclama libertos, todos os filhos de escravos nascidos em Portugal.

Em 29 de Abril de 1858, vem D. Pedro V, mesmo de Berlim, decretar a alforria aos escravos portugueses, que disposições de, 25 de Fevereiro de 1869, 29 de Abril de 1875 (Andrade Côrvo), 20 de Dezembro do mesmo ano, 21 de Novembro de 1878, Março de 1892, 29 de Janeiro de 1903, Maio de 1911, 14 de Outubro de 1914 e 6 de Dezembro de 1929, vieram posteriormente modificar, esclarecer e aperfeiçoar de tal maneira, que o preto, actualmente, nem para bastar às suas exiguas e rudimentares necessidades, pode ser obrigado a trabalhar...

Além das disposições proteccionistas, que acabamos de citar, outras medidas foram e tem sido promulgadas pelo Poder Central, como: os Decretos n.ºs 16.473 e 16.474, de 6 de Fevereiro de 1929, O Acto Colonial, aprovado em Decreto n.º 22.465 de 11 de Abril de 1933 a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina, de 15 de Novembro último, medidas estas, todas elas atinentes a uma melhor defesa e mais segura garantia das populações indígenas do Império Colonial Português.

Com o fim de proteger as raças indígenas contra o perigoso e invertebrado abuso das bebidas espirituosas, não obstante as medidas repressivas anteriormente tomadas, a Convenção de Bruxelas de 3 de Novembro de 1906 e outras, regu-

lamentou Portugal para as suas Colónias de África, o disposto na Convenção de Saint-Germain-en-Laye, de 6 de Setembro de 1919, restringindo a importação e o seu fabrico e fixando um máximo para a sua gradação alcoólica.

Deste conjunto de medidas, de protecção ao indígena, resultou as autoridades administrativas coloniais, acharem-se a braços com uma série emaranhada de exagêros e preconceitos, que na hora de actividade e de empreendimentos que atravessamos, se não justificam, por se reflectirem na vida económica de cada uma das nossas Colónias.

Tal excesso de liberdade e protecção ao indígena, fruto da interpretação de disposições legais anteriores, que outros países coloniais foram corrigindo nas suas leis privativas, encontra-se agora, sábia e suficientemente esclarecido pelos Acto Colonial e Carta Orgânica do Império Colonial Português, aos quais urge adaptar o Decreto n.º 16.199, de 6 de Dezembro de 1929.

ANTÓNIO PEREIRA CARDOSO.

Literatura Colonial

Os prémios do Concurso realizado na Agência Geral das Colónias

O júri, para apreciar as obras apresentadas ao Concurso de Literatura Colonial, organizado pela Agência Geral das Colónias, classificou as seguintes:

1.ª categoria — 1.º prémio: «Auá», de Fausto Duarte; 2.º prémio: «Terras do Feitiço», de Henrique Galvão, director-técnico da Exposição Colonial Portuguesa.

2.ª categoria — 1.º prémio: «A abolição da escravatura e a ocupação do Ambriz», de José de Almeida Correia de Sá; 2.º prémio: «Da vida e da morte dos bichos», de Teodósio Cabral, Abel Pratas e Henrique Galvão.

3.ª categoria — Foi presente uma única obra — «Carte Geologique d'Angola», de Fernando Mouta e H. O'Donnel que não foi classificada por ter sido apresentada contra as condições do decreto, em francês.

Os primeiros prémios foram de 7:000\$00, e os segundos de 3:500\$00.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ESTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA



JOSE DE MELLO & C.

DESPACHOS DE EXPORTAÇÃO
IMPORTAÇÃO E CABOTAGEM
R. NOVA DA ALFANDEGA — 67 —
— PORTO —

DESPACHANTES, AGENTES
MARÍTIMOS E INTERNACIONAIS

CASA FUNDADA EM 1828
TELEFONE: ESCRITÓRIO
— R. RECCO NA ALFANDEGA
— 75.607-88X —

Agentes e comissários de fabricantes e negociantes estrangeiros e nacionais

TELEFONE: LINHA DO ESTADO N.º 57

O discurso do sr. dr. Armindo Monteiro, illustre Ministro das Colónias,

proferido na sessão solene de abertura da I Exposição Colonial Portuguesa, no Palácio da Associação Comercial do Porto, é uma série de afirmações notáveis que ficará ligada à História do colonialismo português

Na sessão solene que, sob a presidência do Chefe do Estado, se realizou, em 15 do mês pretérito, à noite, no maravilhoso Salão Árabe do Palácio da Bolsa, sede da Associação Comercial do Porto proferiu o sr. dr. Armindo Monteiro, illustre titular da pasta das Colónias, um discurso a todos os títulos notável.

Toda a Imprensa diária lhe conferiu o merecido relevo, demais que, nesse acto memorável, em que discursaram, também, os srs. António de Oliveira Cález, presidente da Associação Comercial do Porto, e capitão Henrique Galvão, director-técnico da Exposição, o discurso do sr. dr. Ministro das Colónias assumiu foros de verdadeira conferência, não tanto pela extensão como pela importância das afirmações expandidas por quem, no Governo da República, sobraça a pasta a que está ligada a actividade de todo o vasto Portugal ultramarino.

Porque essa notável peça oratória pertence ao número daquelas que, em valia e significado, tem lugar próprio na antologia política duma Nação, reproduzimos, hoje, integralmente, nestas colunas, o discurso do sr. Ministro das Colónias, que ULTRAMAR, como órgão oficial da I Exposição Colonial Portuguesa, não podia deixar de arquivar, entre tudo aquilo que ficará constituindo a História do grande certame do Império português.

«Sr. Presidente da República:

Dando ao país inequívoca prova do seu grande interesse pelas coisas do nosso Ultramar, digna-se V. Ex.ª inaugurar amanhã, solememente, a nossa primeira Exposição Colonial. Da importância do successo, se a tiver, espero que fale o tempo em vez de falar quem é apenas o obreiro modesto da gigantesca obra que dia a dia se vê surgir como milagre de amorosa dedicação pela terra portuguesa. Dá-lhe tal vulto porém a presença do Chefe do Estado que não posso deixar de afirmar a gratidão dos tantos homens de boa vontade que a esta empreza aplicaram iniciativas e energias e de dizer a alegria com que assim vêem renatadas pelo mais alto representante da nação seus longos esforços, canceiras e ansiedades; e tão forte brilho recebe da comparação de S. Ex.ª o Senhor Cardeal Patriarca, dos illustres membros do Governo e do Corpo Diplomático que junto vejo aqui com tantos portugueses de mérito afirmado por largos serviços que, demorados teriam de ser por ela os meus agradecimentos se o próprio luzimento desta assembléa não a mostrasse antes filha da devoção que faz do Ultramar a coisa e a paixão de todos do que de favor por que nam de render-se graças. Pesa-me não ver entre nós, nesta sala e nesta noite, o sr. Presidente do Conselho; com a publicação do Acto Colonial ganhou permegaminhos de tal nobreza, que na gigantesca aristocracia dos nossos homens de Além-Mar pode figurar entre os primeiros; com a sua falta sinto que falta aqui alguma coisa do que de mais puro e nobre existe na secular vida da Pátria; junto das coisas que eloquentemente lembram o passado, a sua presença seria como que o próprio corpo das nossas ambições de futuro.

Porque estas têm aliterces largos e sólidos, fizemos a exposição.

Quizemos que os factos falassem por si — para que a vida que Além-mar criamos com sacrificios que em séculos inteiros abraçaram o mundo se revelasse aos olhos portugueses na sua nudez — que é a sua grandeza. Não queremos diminuir com palavras a força da demonstração que nos propuzemos rea-

lizar. Mas porque esta nasceu de uma bem certa orientação, porque tem já seu passado e deve reproduzir-se em novas criações, conveni situá-la precisamente no caminho da política que há anos se iniciou, e que vendo muitas dificuldades vai prosseguindo no ritmo certo que lhe foi traçado.

A confusão dos dissídios políticos, em que desde o começo do século XIX Portugal se debate, serviu para escurecer singularmente o conflito de duas mentalidades que desde remotas épocas disputam a direcção da vida nacional: a mentalidade intramarina e a rural. No cepto luso, estas duas vezes partes de dois homens, feitos inimigos mortais, nem sempre se distinguiram claramente a influência de uma ou de outra; os que a conheceram obstinaram-se em a desprezar. Não sei de época em que os homens se tivessem dividido ou organizado segundo o seu comando; no seio das facções misturavam-se e no intimo dos governos, talvez sem plena consciência de si próprios, debatiam-se. Não eram aparentemente causa de divórcio político, mas conforme uma ou a outra acidentalmente venciavam assim o rumo do país variava, oscilava. Enganavam-se os homens supondo que a democracia ou a sua negação eram o facto fundamental e isso era apenas a história superficial das coisas. Na esfera internacional, no campo financeiro ou no terreno económico, acima de tudo o país sente sempre os reflexos das vitórias ou das derrotas do espirito agrário ou do espirito colonial. Desde Alfaroabeira que o facto profundo da vida da nação está na oscilação do poder entre essas duas formas de conceber a alta direcção das coisas públicas.

Para uma, Portugal, é retalho da Península que em frente do mar estende o variegado tapete das suas oito províncias. O povo guerreiro e de agricultores que a força da história fixou à beira do Oceano, o seu bem-estar, como o orgulhoso sentimento da sua independência estão entranhavelmente ligados a esta faixa de terreno europeu que é a pequena casa luzitana.

Com ela se confundiria a própria ideia da Pátria. Para lá do mar as gerações heróicas deixaram-nos as colónias que são o glorioso pecado da juventude, que de certo amorosamente se acarinha e que com orgulho se invoca — como quem, já na idade madura, relembra lindos feitos da mocidade — mas que não constituem essência da própria vida da nação. Esse modo de pensar — que não quero levar até às suas últimas consequências — tem por consecutório natural concentrar na Metrópole até ao extremo limite possível, as energias e os recursos da grei, a direcção política do país deve deixar-se dominar pela ideia de que se é este o lar do povo, devemos organizar-nos, viver, traçar as vias da nossa ambição como se todas as razões da vida nacional fôsses ibéricas. Para que a dolorosa inquietação de ir buscar longe, entre perigos, incertezas, duras angústias que apagam na alma toda a doçura de viver, enquanto tivermos a fortuna certa, no alegre revolver da terra, e no trabalho dos litórais, sob o esplendor deste céu e a fecundidade de uma natureza que gera a abundância, como perene graça de Deus?

Criar-se-ia assim a ideia de uma hierarquia de interesses nacionais — os da Metrópole primeiro, os do Ultramar depois. As Colónias seriam o luxo e a glória e o oneroso prolongamento da verdadeira Pátria. Já as vezes desta se ouviram em Ceuta, e depois, através de mais de quinhentos anos de história quando o Império exigiu sacrificios em dinheiro, em sangue ou em vidas. Tem longa e veia ascendência esse espirito: nem lhe falta a grandeza dos versos dos Lusíadas a dar-lhe seu ar de nobreza; e muitos pretendem que o bom-senso milita do seu lado.

Mas a verdade é que essa Pátria de pequenos lavradores e humildes mareantes não foi o que o passado nos legou. O Atlântico chamou-nos e afeicou-nos muito cedo, marcando a nossa vida de povo o seu rumo universal. Depois de Ceuta para sempre deixámos de ser uma nação das Espanhas. A Pátria repartiu-se pelo Mundo. A sua história encheu-se de nomes que nada tem de

romano ou do godo. Entramos a batalhar em todas as partes da terra, com gente de todas as raças. Levamos a fé e a glória do nome português até ao mais recuado oriente. O arado parecia coisa pequena para as nossas mãos de gigantes quando os braços luzitanos se estendiam, para oriente e para occidente, até envolverem a terra. Ao longo de costas mares, restos de orgulhosas fortalezas — em territórios de que já perdemos a lembrança — atestam ainda que ali foi Portugal. Palavras da nossa língua entravam em mil línguas e dialetos diferentes, na África, na Ásia, na Oceania. Momentos houve em que, por singular paradoxo, a Europa era, no mundo, o que menos nos interessava. E quando aqui, por mau passo da história, a independência apagou, pedacinhos de terra ficaram ainda, até o fundo da Ásia, a marcar indomavelmente a sua existência livre, afirmando a continuidade da vida nacional. Esta pátria universal foi a que recebemos da história — filha do génio português e sua imagem.

Como trocar a sua imensa grandeza pela comoda mediania da pátria rural que alguns nos oferecem como modelo, acorrendo ao torrão peninsular, com o Oceano a isolá-la dos povos que descobriu — talvez com marcos fontentários em todas as ruas e praças, mas com pequenos interesses para além do mar? O espirito ultramarino impediu a nossa fusão no corpo peninsular e deu-nos individualidade própria, inconfundível. Salvou-nos como nação — mas põe em pé de igualdade todas as partes da terra que formam Portugal. E já que nada pode impedir que interesses espalhados pelos vários cantos do globo sejam a nossa vida, reclama para todos os mesmos desvelos, cuidados e sacrificios.

Já se disse que mais comoda é a existência dos povos que apenas em si pensam do que a daqueles que sobre os ombros tomaram a pesada tarefa civilizadora que o comando dos mortos nos impõe. Na verdade são sempre mais tranqüilos os dias do homem que, sem ambições, lava a terra e, modestamente, apagadamente, com seus frutos se contenta, do que os de quem, devorado por grande fogo interior, se abalança à empreza de elevar a sorte dos outros, criando riqueza, semeando ideias, educando, melhorando. Mas nenhum povo pode confirmar a sua vida nesta negação total de grandeza e de ambição. O mesmo seria que constata-se à morte.

Nós nunca poderíamos tomar esse rumo. A nossa população conserva altas percentagens de crescimento. Se ainda se não atingiu aqui o máximo demográfico possível todos os dias caminhamos para ele a passos céleres. Onde colocar excedentes demográficos que se adivinham e que, pela fraqueza dos actuais movimentos emigratórios, só por milagre de administração não fazem sentir já na nossa economia, de modo incomportável o seu peso?

As Colónias têm a chave desse grave problema demográfico. Só por isso deveriam ser consideradas elemento essencial da Nação. E tanto na ordem económica como na ordem política e sentimental são no facto.

De resto a actividade colonizadora está-nos no sangue. Não saberíamos nem poderíamos viver sem ela. Mas é preciso que deste facto tiremos as necessárias consequências.

Argumentou-se já contra o activo prosseguimento de uma política colonial, dizendo-se que era incomportável atitude de grandeza. E contudo nada mais falso. Nós defendemos uma política de meios modestos: política permanentemente seguida, firmemente orientada, disciplinadamente executada — mas sem aparato e sequer sem emprégo simultâneo de grandes capitais, política de conjugação de esforço, de energias, de meios de acção, em que a metrópole não negue a ajuda de uma solidariedade indispensável e em que as Colónias se entreguem livre e confiadamente à experiência superior da mãe pátria; que exija a severa manutenção da ordem financeira e imponha a observância dos princípios que constituem a salvaguarda do crédito público não é já ponto discutível: mas que nunca de nos que mouream nas Colónias a impressão de abandono, do isolamento ou da inferioridade. Política que faça do Império uma colaboração efectiva, indistritível coesão de tudo que

é português a caminho de dias melhores; política de protecção mútua e de tal amparo que os interesses de um dos membros da grande comunidade portuguesa sejam os interesses gerais e guardados de tal modo que nenhuma diferença entre elas existam, e que o mais fraco se sinta, na justiça e no amor de todos, igual ao mais forte.

Para efectivar este pensamento de solidariedade, que luminosamente o Acto Colonial inscreve entre os princípios essenciais da nossa organização política não são precisos capitais imensos: seria contra a razão negar a necessidade do estabelecimento de correntes certas e lentas do capital e das iniciativas, depois de criado Além-Mar ambiente que lhes seja favorável — mas acima de tudo indispensável para a resolução dos problemas coloniais, manter bem rubra a chama do espirito de solidariedade. Mais se faz com êle do que montanhas de ouro. Sem a sua ajuda que está na humilde origem da vida, nenhum empreendimento conseguirá ir metódicamente até ao fim. As melhores iniciativas terão a cada passo de lutar com a indiferença quando não com a hostilidade. Se não toparem diante de si com o desdem, terão de vencer a incompreensão ou o desconhecimento.

Nenhuma empreza, por mais útil ou benéfica que se antolhe, poderá dessem modo criar raízes. O desenvolvimento colonial caminhará ao acaso, sem harmonia de movimentos, sem integração no conjunto nacional; e será não como a árvore que enquanto estende pelo espaço o grande dodel dos seus braços fica mais fundo no solo as raízes para durar, mas como a folha que o vento leva.

Realização deste espirito de solidariedade local, a Exposição Colonial é um grito de protesto contra a concepção agrária da nossa existência, a prova material da extensão do poder criador, da virilidade, das províncias ultramarinas de Portugal.

A mentalidade rural é poderoso inimigo da actividade colonizadora. Mas não é o único. Outros, que conveniente seria desalojar das suas posições, existem infelizmente — e fortemente entrencheados atrás de apreço amor pelas coisas ultramarinas. São erros que de longe vêm, opiniões, que os interesses radicaram ou que um pensamento de coerência pessoal fez petrificar e que nada remove — nem a experiência, nem as derrotas, nem a própria evidência. Homens que por serviços se tornaram illustres profissionais por vezes com pertinacia — talvez como sistema de defesa do que um dia fizeram, ou como forma de ocultar o erro em que cairam ou como convicção adquirida e inaccessível à luz. Em qualquer caso é lastimável. Essas opiniões fazem mal.

Tenho de referir-me a alguns — que esta é boa ocasião.

Em primeiro lugar devo chamar à barra os que só conhecem uma solução para os problemas ou dificuldades coloniais: o empréstimo. Há desordem nos orçamentos, excesso de despesas, desperdícios carúveis? Há deficit, exaço de serviços, dívidas atrazadas, empregados a mais? Há obra a fazer, reparações, exercicios findos a pagar? Há desequilíbrio nos serviços de natureza industrial, quebra nas receitas, deficiências no trabalho de cobranças? Os negócios paralisam, os «stocks» acumulam-se, os preços baixam? O empréstimo é a panacea: dará infalível cura a todos os males. Vi já, com autoridade, defendida a seguinte doutrina em relação a uma colónia em que, por má visão financeira, a dívida ficou para além de todas as possibilidades não só de reembolso mas até de pagamento de juros: como remédio aconselhava-se que tomasse o país para si quase toda a dívida existente que desde já fizesse novos empréstimos à colónia. Confesso que, neste caso, por muito que respeite as opiniões alheias, me parece que se atingiu o absurdo. Na confusão dos factos económicos e das suas consequências, difícil é descortinar sempre e de modo certo, a linha da verdade: errar tem por isso muitas vezes desculpa. Mas persistir desta forma

(Continua na página n.º 6).

Prós. Caia...
vra...
com...
Prós. Caia...
vra...
com...
Prós. Caia...
vra...
com...

A representação da Colónia de Cabo Verde

Já se encontram no Palácio das Colónias os naturais de Cabo Verde, que veem representar aquele arquipélago na I Exposição Colonial Portuguesa.

Entre os representantes de Cabo Verde veem dançarinos, cantadeiras, músicos e artistas.

Os músicos, exímios tocadores de violino, viola, violão e cavaquinho, são: Pedro Oliveira Lima, António Pereira Fernandes, Luís Ren-



dal, João Baptista da Silva Brito, Mário Mendonça, João Lopes e João Evora.

Maria da Purificação Pinheiro, Maria Rodrigues Pereira, Vitória Santos Brito, Luísa Benvidinha Santos e Maria Basília Ramos, são as dançarinas e cantadeiras.

Além daqueles artistas, vieram também os seguintes artistas, que, perante o público, darão mostras das suas habilidades: Manuel Gomes Leal, Ananias Gomes Pereira e João Pereira Varela, sargeiros; João Mata, fabricante de artefactos de tartaruga; Francisco Veiga Semedo e Joana Mendes Moreno, tecelões, e Domingos Mendes Tavares, fabricante de chapéus.

Dos 19 naturais que constituem a representação de Cabo Verde, 17 sabem ler e escrever. As cantadeiras e dançarinas são naturais da Boavista, sendo da Prata e de Santiago, respectivamente, os músicos e os artistas.

É delegado da Colónia de Cabo Verde o sr. Machado Salgueira, colonial distintíssimo.

PUBLICAÇÕES MUSICAIS

O SABONETE — Em homenagem à tropa de África, compôs o distinto professor de música sr. Alberto Pimenta uma interessante marcha para piano intitulada **Sabonete, a mascotte** da Companhia de Landins.

Esta composição vai ser executada no recinto da Exposição pela banda de Música Angola, que é dirigida superiormente pelo mestre sr. José Vicente Lopes.

NO COLONIAL — A distinta produção da Silva Lisboa Tavares, ainda canção para piano em homenagem à I Exposição de talentosa Frias de Matos, aplausos recebidos.

As Universidades e o Império Colonial

(Ligeiras considerações)

Inaugurou-se com extraordinário êxito a I Exposição Colonial Portuguesa no Pôrto.

Não podia ser melhor escolhido o local para ela. Com efeito o Pôrto é, como todos sabem, a metrópole do Trabalho Nacional. Colmeia laboriosa, não há cidade em Portugal que a exceda ou mesmo atinja em virtudes. Tendo nos séculos gloriosos e nos dias brumosos das Descobertas colaborado eficazmente na Epopeia marítima, tendo sido no seu seio generoso que surgiu o incógnito Infante D. Henrique, o imortal e genial iniciador das Descobertas, não admira que o Pôrto se ufane deste certame que marca uma data histórica e inicia uma fase nova na mentalidade colonial dos lusíadas.

Não estranha ninguém que o Pôrto vibre e estremeça de satisfação patriótica e colabore, cheio de alma, na sua realização.

Pasma a gente ao reflectir sobre o que se está passando, como ninguém haja pensado em estabelecer praticamente, efectivamente, aquela solidariedade profunda de laços espirituais e económicos em que se insiste agora e que deveria há muito tempo ter dado à Pátria portuguesa uma estrutura homogénea, uma só fisionomia, uma só alma palpitando dos areais de Timor aos vergeis do Minho...

Para que todos tivessem a sensação de uma grande Nação e a expandissem por toda a parte e, de harmonia com ela, agissem e trabalhassem em todos os campos da actividade e a tivessem sempre presente ao giz e conceber seus planos, suas reformas, sua obra de progresso...

Continuo a pensar, e cada vez vejo melhor, com maior profundidade e lucidez, que as Universidades compete na obra de ressurgimento nacional em marcha, um alto papel dinamizador. Para que assim seja

é preciso (e é urgente) que elas se integrem no espírito de renovação que lateja no coração de toda a gente de Norte a Sul do País. Porque embora divergindo em seus credos e soluções, em todos freme, o mesmo anseio de vida nova, e de-pressa na acção...

Para que as Universidades possam bem cumprir a sua missão é indispensável que os poderes públicos lhes deem os meios e instrumentos de que carecem.

Dentro dos seus muros deve intensificar-se, metodizar-se a investigação científica das riquezas, matérias-primas e potencialidades coloniais. O ensino colonial deve ser obrigatório em todos os cursos. O ensino deve propagandar o amor às colónias.

A criação de uma elite consciente da magnitude da obra a realizar pertence também às Universidades.

É imprescindível dotar melhor as Universidades, como é imprescindível simultaneamente definir responsabilidades e precisar objectivos e finalidades.

Ver-se-á depois, pelos seus resultados admiráveis, que as Universidades portuguesas são capazes de dar à Nação o esforço que se impõe, de acordo com a concepção corrente da Universidade moderna.

Nesta ordem de ideias o público tem tido ocasião de constatar em plena Exposição, e ainda no futuro congresso de antropologia colonial, que a Universidade do Pôrto está disposta a contribuir e vai contribuindo sensivelmente para aumentar o nosso património científico colonial, dentro de uma clara compreensão das suas responsabilidades e de uma patriótica e evidente consciência do cumprimento do dever.

ADRIANO RODRIGUES,
Vice-Reitor da Universidade do Pôrto.

La Exposición Colonial de Oporto

En nuestra ciudad es grandísimo el ambiente que tiene la magnífica Exposición Colonial inaugurada en Oporto hace días.

Al decir de cuantos la han visitado, a juzgar por las espléndidas fotografías y referencias que de ella tenemos, la exposición colonial de Oporto es una cosa digna de visitar. Orense, que por sus circunstancias de cercanía y demás, tiene condiciones para desplazamiento a Oporto, alienta de día en día el entusiasmo que aquí existe.

Según nos informa nuestro estimado amigo, el cónsul don José de Gamboa D'Abrancz, las facilidades que el Gobierno de la vecina República dá a cuantos visitan Portugal y en especial la Exposición, son muy grandes. Las personas no tienen sino que visar su respectiva cédula en el Consulado, y los coches y vehículos en general, pueden per-

manecer treinta días y más en territorio portugués, sin más que satisfacer una pequeña cantidad que no llega a diez pesetas, en la Delegación de Aduana respectiva.

Sabido es que la exposición colonial reúne cuanto de notable tiene la vida de las colonias portuguesas. Hay verdaderos retazos de vida de centros hasta hace poco aislados y desamparados de la civilización.

Es una labor de metrópoli que exalta valores y pone en alto el nombre de la vecina República. Es una iniciativa plausible que fomenta el turismo y hace conocer una porción de detalles de gran interés.

En la Exposición Colonial hay una parte destinada a stands de casas comerciales, por cierto muy concurrida en nombres y muy interesante en productos.

(Do jornal Galicia, de Orense).

ULTRAMAR vende-se no recinto da Exposição na Livraria da Sr.^a D. Alice Lage.

SOBRE «Política Indígena», realizou, ultimamente, no Ateneu Comercial do Pôrto, uma notável conferência o talentoso professor e publicista sr. dr. José Maciel Ribeiro Fortes.

Nesta conferência a que, noutro número, possivelmente, nos referiremos, ainda, o sr. Dr. José Fortes estuda, apoiado em copiosa argumentação, os vários aspectos por que pode ser olhada a política do dominador branco em relação aos povos autoctones das regiões dominadas, chegando a conclusões interessantes.

Entre os tratadistas estrangeiros, o conferente citou, especialmente, o prof. Vignon, analisando a sua doutrina.

A conferência assistiu um público de escol, que tributou ao sr. Dr. José Fortes aplausos deveras calorosos.

♦ ♦ ♦

CAUSOU, verdadeiramente, sensação a presença, na sessão solene realizada, em 15 do mês pretérito, no maravilhoso Salão Árabe do Palácio da Bolsa, sede da Associação Comercial do Pôrto, dos representantes das delegações das Colónias portuguesas que vieram tomar parte na Exposição.

A diversidade dos trajes, o seu colorido berrante, a sua sumptuosidade exótica, fizeram com que os representantes da Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor se destacassem, no conjunto imponentíssimo de fardas e casacas, galões e condecorações, que brilhava por todo o belo palácio portuense.

O efeito dos representantes dos nativos das Colónias era, sobretudo, notável na tribuna de honra, por detrás da mesa, a que presidiu o Presidente da República, ladeado pelo ministro das Colónias e pelo presidente da Comissão Organizadora da Exposição e da Associação Comercial do Pôrto.

E só quem assistiu a êsse espectáculo, de solenidade e grandiosidade insuperáveis, pode bem exprimir a impressão de maravilha que a gente de cor das Colónias portuguesas lhe produziu, num acto a que a nos-a magnífica tropa de África, personificada nos soldados landins, imprimiu, ainda, um brilho e uma imponência maiores.

♦ ♦ ♦

NA sessão solene que precedeu a abertura da Exposição, proferiram, também, importantes discursos, a que toda a Imprensa diária concedeu o merecido relevo, publicando-os, quasi todos os jornais, na íntegra, os srs. António de Oliveira Cãlem, presidente da Comissão Organizadora da I Exposição Colonial Portuguesa e da direcção da Associação Comercial do Pôrto, e capitão Henrique Galvão, director-técnico do certame.

Gostaríamos, se o discurso do sr. ministro das Colónias — discurso que, destacando o significado da Exposição, é uma síntese admirável da política colonial portuguesa — não preenchesse tão vasto espaço neste número, de reproduzir, também, aqueles dois discursos.

Cremos, todavia, que a maior parte dos leitores de ULTRAMAR, sendo a sua totalidade, não desconhece as afirmações produzidas por António Cãlem e Henrique Galvão, na sessão memorável que solenizou a abertura do certame e que foi, certamente, a mais sumptuosa e brilhante dos últimos tempos.

INTEGRADA na série de conferências promovida pela Universidade do Porto, sob o patrocínio da Câmara Municipal do Porto, realizou, há dias, no Ateneu Comercial do Porto, o sr. prof. Dr. Américo Pires de Lima uma notável conferência subordinada ao tema «A Universidade e as Colónias».

O talentoso professor e publicista desenvolveu, com grande brilho, o tema do seu trabalho, descrevendo o que lhe foi dado observar como médico do corpo expedicionário português que actuou na campanha do Norte de Moçambique, contra os alemães.

Precisou, também, com excelente critério, a atitude que deve tomar a Universidade portuguesa em face do nosso Império Colonial e, particularmente, dos problemas das nossas Colónias relacionados com a cultura.

O sr. prof. Américo Pires de Lima, que é autor dum volume intitulado *Na Costa de Africa*, foi muito saudado pelo numeroso auditório.

A primeira conferência desta série foi realizada, como ULTRAMAR relatou, pelo conhecido antropologista e director da Faculdade de Ciências do Porto, sr. prof. dr. Mendes Corrêa.



CONSTITUIU um êxito, a todos os títulos, notável a publicação do número 15 de ULTRAMAR, inteiramente consagrado à abertura da I Exposição Colonial Portuguesa.

A colaboração, que continha, firmada por alguns dos nomes de maior relevo na vida portuguesa e, particularmente, no colonialismo português, era daquelas que, raras vezes, se logra reunir.

Estatistas portugueses, diplomatas estrangeiros que representam, em Portugal, outras potências coloniais, escritores e jornalistas, que aos assuntos coloniais dedicam especial interesse, firmaram, no número de ULTRAMAR de 15 do mês pretérito, artigos que formam, no seu conjunto, uma preciosa colectânea de depoimentos sobre a importância e o significado do certame inaugurado, em 16 de Junho findo, na capital do Norte.

Toda a Imprensa metropolitana se referiu, com particular simpatia, ao último número de ULTRAMAR, cuja apresentação gráfica foi, também, motivo de louvores que muito nos sensibilizam.

Isto prova, felizmente, que o esforço despendido para a organização dum número especial como o de 15 do mês pretérito não foi baldado.

Teríamos desejado, natural mente, solenizar o evento da abertura da I Exposição Colonial Portuguesa com a publicação dum número luxuoso e grandioso que marcasse, condignamente, a importância do certame que ia ser aberto.

Tratando-se, porém, do órgão oficial da Exposição, entendemos que eram as expressões aheias e não o grande formato e a sumptuosidade de tal número que deviam conferir ao acontecimento a importância que, em verdade, tinha.

O acolhimento dado no nosso último número, provou-nos, exuberantemente, que a relativa modestia da sua realização fôra compreendida como era mister.

È esse acolhimento que não podemos deixar de registar, porque êle é a melhor prova de quanto ULTRAMAR, na sua missão de órgão oficial da I Exposição Colonial, tem procurado corresponder, o melhor que pode, dentro dos seus recursos, aos objectivos que determinaram a sua criação.

La Exposición Colonial Portuguesa

«Portugal é lindo»

Transcrevemos do importante diário *Faro de Vigo*.

«Para amanhã, sábado, está anunciada a abertura da Exposição Colonial Portuguesa. Esta cerimonia es, sin duda alguna, el acto más grande y de más transcendencia que Portugal ha celebrado de muchos años a esta parte.

Sabiase que Portugal tenía un imperio colonial esparcido por el mundo adelante; pero la generalidad de las gentes ignoraba cómo mantiene Portugal ese imperio, cómo explota y fomenta sus riquezas naturales, qué industrias lleva a él, qué trato da a los indígenas y de qué modo se vale, en fin, para que todas esas colonias amen a la Metrópoli y se sientan honradas y felices al amparo del pabellón verde y rojo.

Pero todo eso se va a ver ahora. Todo eso lo verán cuantos visiten la Exposición Colonial Portuguesa de Oporto.

Verán, an primer término, que riquezas y qué variedad de productos agrícolas, forestales, animales y de mineralogia encierran los colonias lusitanas.

Verán cómo Portugal ha hecho de razas salvajes, elementos vivos de progreso y civilización.

Verán cómo, al mismo tiempo que llevaba a sus colonias todos los atributos de ese progreso y de esa civilización, Portugal respeta y respeta en ellas costumbres típicas y tradiciones llenas de encanto y poesia que todos los pueblos tienen y aman.

Verán cómo de aquellos selvajes africanos que los exploradores encontraron destruyéndose entre sí y que los negros cazaban como a fieras y embarcaban como rebañes, ha hecho Portugal bizarros soldados, algunos de ellos, como los de la Compañía de «Landins» de Mozambique, merecedores de la Cruz de Guerra de Primera Clase, que ostentan orgullosos y dignos en su bandera.

Verán cómo Portugal ha hecho de los negros africanos, unos seres sensibles a las bellezas de la música europea, creando entre ellos bandas como la indígena de Angola.

Porque al lado de los productos que inteligentes colonos cultivan y que patrióticas empresas explotan, verán los visitantes de la Exposición, a los negros de Guinea con sus chozas y piraguas, capitaneados por un régulo —cuya mano hemos estrechado en Vigo— que es todo un caballero en su porte digno, en su mentalidad rectilínea, en su lealtad acrisolada a la nación que les sacó a él y a los suyos de la barbarie, y

en su empleo honorario de oficial del Ejército portugués, que conquistó con esa lealtad y con su heroísmo.

Y al lado de los negros de Guinea, los de Mozambique, bravos y orgullosos de ser portugueses; y junto a éstos, a los amarillos de Macao, y a los indios de Ooa, muchísimos de los cuales ostentan hoy títulos académicos que en las Universidades de la Metrópoli han obtenido con su estudio y aplicación.

Y verán a los indígenas de Timor, con sus chozas en las copas de los árboles, como nidios de pájaros gigantes.

Y junto a los hombres educados a la moderna y a la europea, a los interesantísimos encantadores de serpientes, y cerca de éstos, a las bayaderas auténticas, a las vestales de la India misteriosa, con sus danzas sagradas, en las que no pueden iniciarse sino siendo vírgenes, aunque luego puedan tener hijas que también se han de consagrar al templo.

Y con las bayaderas — las bayaderas que los portugueses hicieron conocer antes que nadie al mundo de Occidente — los «murdangueros», también auténticos, o sean los músicos a cuyos sonos bailan aquellas «esclavas de la divinidad».

Y tantas, tantísimas cosas que las colonias lusitanas envían para esto Exposición a la Metrópoli, como un homenaje a los «Lusiadas» que supieron criar tan vasto, tan rico y tan vario imperio.

Si, mañana se inaugura ese gran certamen, con la presencia y bajo la presidencia del jefe del Estado portugués, que hoy llega, para ese objeto, a la Invicta Cita lid.

La inauguración será a las tres y media de la tarde, y en ese acto recibirán los honores correspondientes al presidente de la República lusitana, la Compañía de «Landins» de Mozambique, compuesta de 103 plazas — a cuyo cargo quedará la custodia de la Exposición — y la banda de música indígena de Angola, formada por 35 ejecutantes.

Se cantará en ese acto el «Himno de la Exposición», por el Orfeón do Porto, aquella misa coral que, hace años, en el Odeón de Vigo, nos contagiò su entusiasmo, su emoción y su orgullo patriótico al cantar «¡Portugal é lindo!».

Si, Portugal é lindo en su Metrópoli y en sus colonias; en su alma y en su historia; en sus poetas y en sus navegadores... ¡Portugal é lindo!»

AVELINO RODRIGUEZ ELIAS,
Del Instituto de Coimbra.

Os Portugueses em Moçambique

Ao chegarem a Moçambique nos primeiros anos do século XVI os Portugueses fizeram acompanhar os seus soldados, que iam assegurar a descoberta e manter a soberania, de missionários, que iam pregar ao preto a palavra de Deus, e ministrar-lhe os socorros espirituais da religião — baptizá-los, fazê-los cristãos. Era assim que nesse tempo se entendia a acção civilizadora do europeu em terras de infieis: *Os portugueses conquistaram novos reinos, e grandes províncias, arvorando nelas o gloriosíssimo estandarte da salútfera cruz de Cristo Nosso Senhor, para que tivessem noticia, e verdadeiro conhecimento as bárbaras nações, do mistério da redenção do género humano, que este Senhor nela tinha obrado por sua infinita misericórdia* — diz o dominicano Fr. João dos Santos, na sua *Etiópia Oriental*, em 1609.

Só muito mais tarde, depois do militar e do missionário, vieram a aparecer os outros obreiros da acção civilizadora: o agente da administração civil, o mestre-escola, o médico, o agrónomo, o veterinário.

A «apagada e vil tristeza» nossa, de que nos fala o épico, deixou ir apagando o brilho da nossa primeira arribada. Houve, intervaladamente, intermitente, lampejos de espada e lampejos de glória, tragédias de sofrimento e holocaustos de sacrificio — sacrificios de vidas, de fazendas, de toda a felicidade terrena, para que se mantivesse do Espírito Santo ao Rovuma a descoberta e a soberania portuguesa.

Mas a velha energia da raça lusa dos quinhentos havia de renascer e encarnar numa figura de lenda — Mousinho, 1895. Capitão esforçado e, destemido, ao depois, administrador de envergadura, sem medo e sem mácula, êle abriu caminho à obra que hoje — Deus louvado! — parece que estamos realizando — a de manter, assegurar, completar, a acção colonizadora que deixámos afrouxar, mas nunca deixámos perder.

Hoje os socorros materiais e espirituais que levamos ao preto consistem em remunerá-lo pelo seu trabalho, livrá-lo das fomes e das pestes, evitar-lhe as guerras e chacinhas dos seus irmãos de côr. Qu'ar a evolução económica da sociedade negra, estimulando e orientando a sua agricultura e as suas indústrias, factores de prosperidade material; orientar a vida intelectual, não fiando de mais da instrução, cuja acção tem os seus limites, mas imprimindo-lhe o carácter utilitário e profissional; velar pela evolução moral dos indígenas, dando-lhe um sentido português e cristão.

ANTÓNIO BARRADAS,
Professor de História do Liceu de Lourenço Marques.

O Congresso Militar Colonial

Foi definitivamente organizado o seguinte programa do I Congresso Militar Colonial, que, sob a orientação do sr. coronel Nunes da Ponte, se realizará nesta cidade:

Dia 23 de Julho — Sessão solene da abertura do Congresso, sob a presidência da respectiva comissão de honra.

Nesta sessão, que começará às 22 horas, deve usar da palavra uma alta individualidade colonialista; no dia 24 de Julho, sessões de trabalho, das 10 às 12 horas e das 14,30 às 16,39 e recita de gala, às 21,30, no Teatro do Palácio das Colónias; no dia 25, sessões de trabalho e festa militar no Estádio do Lima, na qual

tomará parte a Companhia Indígena de Landins: no dia 26, sessão conjunta de todas as secções do Congresso, para apreciação das teses e respectivas conclusões.

Nesse mesmo dia, pelas 16 horas, realizar-se-á a sessão solene de encerramento e, à noite, haverá um banquete de confraternização seguido de baile.

Os congressistas farão, no dia seguinte, uma digressão pelos arredores desta cidade, devendo o Congresso Colonial ser precedido duma imponente parada dos antigos combatentes das campanhas do nosso Império Ultramarino, sob a orientação do disíntio oficial da Armada, sr. Conde de Vilas-Boas.

O sr. coronel Nunes da Ponte realizou, por intermédio duma estação rádio-emissora desta cidade, uma interessante conferência de propaganda do I Congresso Militar Colonial.

no erro não será exceder as barreiras da humana tolerância?

Durante largo tempo em Portugal contraíram-se empréstimos para ir pagando empréstimos; anular os que se não podem pagar, para contraír outros que, segundo todas as probabilidades se não podem pagar também, não parece ser coisa muitas vezes vista no mundo.

Há na verdade grandes ilusões sobre o papel que nas finanças coloniais os empréstimos podem desempenhar: e bom seria que se desvanecessem, para vantagem da obra colonizadora de todos os povos.

Na maior parte dos casos em que o seu empréstimo é aconselhado ou prementemente solicitado, podem servir quando muito, para afastar do presente dificuldades e multiplicá-las no futuro. Mas criou-se por toda a parte a superstição do empréstimo — a pesar de a experiência mostrar que esse processo só deve ser empregado para obras certas, reprodutivas, pormenoradamente estudadas com sua economia, dentro de possibilidades orçamentais ínglves e não de fantasias. De outro modo conduzirá sempre à falência financeira; e constituirá alto obstáculo ao desenvolvimento económico.

Quem fizer crer às massas que, fora da função indicada, pode o empréstimo desempenhar papel útil, serve a causa da colonização, contribuindo para criar esperanças que, dificultando a acção dos governos são caso de desânimo, de desconfiança e até de paralisação de energias. A defesa da doutrina contrária facilmente pode dar grande popularidade — quem a defender pode servir-se a si próprio, mas não servirá o país.

Muitos países da África e Ásia sentem hoje pesadamente o efeito de uma política de empréstimos imprudentemente seguida. De entre as nossas colónias Angola sente-os dolorosamente. O aumento da sua dívida nos últimos anos é consequência quasi apenas da acumulação dos juros dos empréstimos feitos antes de 1928; as feridas abertas na sua fazenda e na sua economia tem exigido duros sacrifícios e honestamente não podem ainda dizer-se curados.

As facilidades de crédito público geram a curiosa mentalidade dos que só na execução de grandes planos de colonização vêem salvação do Ultramar. Dentre esses os mais numerosos são os que sonham com a fixação de enormes massas de gente, bruscamente, nos grandes espaços vazios do centro de África. Fazendo colonização como quem desenvolve uma demonstração matemática facilmente instala milhões de homens nas mais inhóspitas paragens. Diriamos que o caso não era merecedor de reparos se estes coloniais — que, em regra, do mundo pouco mais conhecem do que Genebra — não falassem de muito alto, criando uma espécie de opinião europeia fácil de enganar por ignorante, semeando ilusões que podem ser perigosas — e contra as quais todos os povos colonizadores tem de precaver-se. O perigo a todos ameaça.

A verdade é que a fixação de colonos brancos em África é obra que exige muitos esforços, um poder de organização acima do normal, desinteresse no comando, disciplina absoluta da parte dos executantes, conhecimento profundo do meio, firme exemplo de dedicação — e que se pode fazer-se lentamente. Mais força tem a iniciativa individual — quebrando diante do sofrimento — do que todo o poder do Estado que em regra não consegue mais do que transformar em burocratas os que, como colonos, demandam a sua protecção. Por reconhecerem esta verdade abandonaram já alguns países de África os velhos sistemas de colonização directamente provocada e enquadrada por representantes seus; e sabendo que, em regra, o espírito de aventura não leva da Europa os mais capazes mas os mais ousados, em vez de obrigarem largamente as suas fronteiras, como antes faziam a todos os nacionais, exercem agora sobre os que chegam intensa fiscalização; exigem de cada pretendente a colono a posse de capital elevado e de saber agrícola que constitua já informação profissional a garantia do êxito. O tempo do emigrante que como riqueza levava o seu braço e como capital a simples vontade de fazer fortuna parecem ter passado. As ideias de selecção e de preparação do colono parecem dominar a moderna actividade ultramarina. Não quer nemhum país repetir os casos de falência e de miséria que a desordenada entrada de colonos provocou por toda a parte.

O número importa menos do que a quantidade.

Ao lado destes inimigos da actividade colonizadora formam os que sonham com os grandes planos de obras — uns em extensão porque os seduz a quimera de remover montanhas outros no tempo, porque, atraídos pela miragem de ditar a lei ao desenvolvimento de um país durante períodos largos, supõe-se possível prever num plano de acontecimentos que, para se desentrelarem, vão exigir o curso de 10 ou de

O discurso do sr. dr. Armindo Monteiro, illustre Ministro das Colónias

(Continuação da página 3)

20 anos. Nem sempre o puro ideal do bem público inspira os que advogam essa attitude governativa. Não deve perder-se de vista que grandes interesses industriais andam ligados à sua adopção: e isso deve amortecer os entusiasmos.

Na vida económica de hoje é possível apenas fixar objectivos gerais, longinquos, a direcção da vida os primeiros guias: mas os planos tem de arquivar-se para execução a curto prazo. O aperfeiçoamento da técnica e a mudança das condições políticas, económicas e financeiras de-pressa lhes roubaram o valor. Mal conhecemos ainda as imensas possibilidades da África os estudos feitos pelos países colonizadores mostram apenas a superfície das coisas, não é com elementos incertos, imperfeitos, que honestamente podem estabelecer-se planos de fomento; tudo o que nessa matéria passar além de pequeno número de anos pode servir a política de um dia, criar esperanças, acender; mas em breve tempo todo o cachar de entusiasmos se terá transformado em desilusões ou desesperos. Já fizemos essa experiência.

Não posso deixar de citar aqui os que tudo esperam do crédito. Ao colono perdido no sertão, a braços com dificuldades de toda a ordem, sem excluir os que a doença cria, lutando contra a dureza do clima, as secas, os animais daninhos, as distancias, o fisco, a baixa dos preços — o crédito aparece como a própria imagem da salvação e da abundância. Chegou-lhes a lenda de facilidades que outros dão, falam-lhes da possibilidade do dinheiro barato e abundante a prazos largos, prometeram-lhe talvez, fizeram luzir a seus olhos a imagem de Bancos que accodem a todos os embaraços, remediariam a escassez das colheitas, esperam pela abundância, evitam as consequências da queda das cotações — e para eles se virou toda a esperança dos que lutam e sofrem as suas trações. Criou-se assim grande multidão de afilios que não pode receber consolação. Nunca compreendi que se explore assim com a ansiedade de tanta gente. A transformação do crédito em simples forma de assistência pública (que por toda a parte se fez em grande escala) proliferou em toda numerosas ruínas que criminoso seria repetir hoje os ensaios que as provocaram. Para ser fecundo, o crédito não deve sair dos rigorosos limites que a experiência e a ciência lhe traçam; dentro d'elles multiplica-se em maravilhosas criações. Para além se origina miséria: e em vez de agir como força criadora, parece com frequência elemento de anarquia e de destruição.

A responsabilidade da grave crise colonial presente pode ser-lhe atribuída em grande parte. Foi já pelos abusos do crédito público e privado que em 1923 e em principio de 1931 as transferências de Angola estiveram suspensas e que, no primeiro destes anos, a libra chegou ao mercado livre, a valer mais de 300 escudos angolanos.

Uma outra espécie de inimigos da actividade colonizadora aparece ainda com frequência — tanto em Portugal como lá fora: o que tudo fiam dos plenos poderes dados aos governadores. Enraizou-se por tal forma essa opinião em certas zonas, aliás desinteressadas e de boa fé, que nenhuma culpa do que nas colónias se faz ou não faz deixa de ser atribuída ao Governo central. Daí o desejo de concentrar na colónia todos os poderes. Há nisso uma parte de ódio à fiscalização, uma parte de revolta contra a impossibilidade de realizar tudo o que accede à imaginação misturado à necessidade que satisfaz os mais profundos extintos do homem de concentrar num responsável as culpas de toda a gente.

Se um inspector vai às colónias, julga-se que a viagem representa apenas favor pessoal e é inútil dispêndio de dinheiro; critica-se sem piedade a exigência do cumprimento da lei; a burocracia ataca como impertinente todos os pedidos de esclarecimento; e acolhe com hostilidade todas as discordâncias. Mas por singular paradoxo ao mesmo tempo, sempre que há mal que exceda as possibilidades do momento, exige-se pronto remédio para tudo, depois da simples exposição da dificuldade em telegrama breve, a pedir solução telegráfica também, para o que

reclama longas locuções e é muitas vezes impossível de remediar. Tempo houve em que o regime dos Altos Comissários deixava o Terreiro do Paço na ignorância de tudo o que acontecia. Sabiam-se as causas pelos jornais. Era um tempo santo para o funcionalismo, mas quando as contas começaram a chegar, verificou-se que para a nação não tinham corrido os dias tão amenos. E quando em 1930 se apuraram as contas, verificou-se que nalguns pontos tinha esse tempo sido verdadeiramente diabólico. Há sempre duas partes distintas a considerar em qualquer obra do governo, grande ou pequena: fazer e pagar. Permite-me achar de pequeno valor o trabalho dos que apenas sabem mandar fazer bem ou mal, deixando aos outros o cuidado de pagar.

Está Portugal repartido por várias partes do mundo; os territórios que o constituem estão longe uns dos outros e sem ligação fácil; basta olhar para o mapa para se concluir que os plenos poderes serão fatalmente à anarquia. Sem razão superior que coordene as actividades e as dirija, será toda a natural de cada colónia cerrar-se em si e se supoz que isso lhe convem, opor até os seus interesses aos das outras. O egoísmo é a lei das nações. A breve trecho aparecerão rivalidades que na vida nacional se podem transmutar facilmente em fermentos de desagregação. O principio da unidade, procurando a harmonia de todos os interesses, exige a compenetração e conciliação de poderes, das autoridades ultramarinas e centrais, deixando a cada colónia o que em bom critério lhe pertença, tomando para a Metrópole o que for geral ou comum. A experiência já mostrou os perigos a que pode conduzir-nos a aplicação de doutrina diversa.

Ao lado dos que aí vão indicados — e que são os adversários maiores do verdadeiro espírito ultramarino, por que sacrificando a teoria ou preconceitos, arrastam as colónias para perigosos passos — outros existem, mas menores: os que tudo esperam das reformas dos serviços como se o mal estivesse só na lei e não nos homens, como se bastasse aperçoar aquela para que estes melhorassem também; os que vivem na ansiedade de tudo fazer num dia, como se o tempo não fosse um dos maiores obreiros de todas as coisas grandes e não houvesse em todas as reformas, em holocausto à solidéz, de lhe atribuir uma parte larga; e sobretudo (e é grupo numeroso e incómodo) os que da obra que os interessa esperam a salvação definitiva da obra colonial; e nada se poderá considerar feito enquanto ela não estiver pronta. Pela acção destes algumas vezes tenho visto considerar como essencial à vida ou à economia duma Colónia o que é secundário ou mesmo sem interesse. Mas, com o favor de benevolos arautos, conseguem por vezes levantar tal alarido contra tudo o que não representa a realização do fim que têm em vista, que se tornam verdadeiramente incómodos e daninhos.

A Exposição Colonial é uma forma activa de combate a todas formas estas de hostilidade à nossa actividade colonizadora. Mostra como, com pequenos meios, quasi todas as colónias, ajudando a Metrópole, conseguiram fazer muito e, como, administrando-se dentro de uma certa harmonia de vistas, atingiram níveis de trabalho e de civilização quasi à mesma altura: prova que, para as colocarmos no plano de ocupação e de desenvolvimento em que se encontram e que não perde no confronto com possessões estranhas, não foi preciso o emprego de grandes massas de capitais; e também revela que nunca faltou o capital necessário para o metódico prosseguimento da nossa tarefa. E este é na verdade o ponto essencial.

Dêste modo se vê que a Exposição que amanhã vai ser franqueada ao público, é o fruto de uma política de equilibrio e de unidade.

As colónias figuram aqui não como indivíduos que isoladamente seguissem o caminho da ambição, mas como o conjunto que harmonicamente tentamos desenvolver — o Império. Interessaram-nos antes os resultados globais obtidos do que os recordes de uma ou de outra colónia. É por aqueles

e não por estes que uma obra civilizadora pode ser medida. E nós pretendemos atingir um nível geral e alto trabalho e não realizar, neste ou naquele ponto isolado, qualquer pequeno prodígio de politica indigena.

A exposição pretende mostrar que o segredo dos nossos triunfos ultramarinos esteve sobretudo na parte que sempre tivemos de proporcionar os meios de que dispunhamos aos fins que procurávamos atingir e que o indigena é o nosso principal cuidado, hoje como nas épocas longínquas e gloriosas em que os nossos primeiros missionários levaram até ao último Oriente a palavra de Cristo e o nome português.

Dêste modo procurávamos cumprir três designios essenciais — sentimental um, politico o segundo e económico o terceiro.

A sombra da nossa bandeira, no nobre solar europeu da nação, vindos de todas as Colónias, confraternizam hoje portugueses de todas as raças, na representação simbólica do que somos. Levaramo aqui, na pureza do sentimento com que foram recebidos, a certeza do nosso amparo e do nosso interesse pela sua existência.

Terão visto, nas cidades e campos que atravessaram, a serenidade da nossa vida e o seu progresso. A superioridade na nossa civilização impor-se-lias-á como uma evidência. Para as suas aldiadas levarão o orgulho de pertencermos a esta comunidade? Tracarão missas perto de nós. No silêncio das imensas planícies africanas ou sob a verde sombra das florestas tropicas, na velha India na China ou no fundo da Oceania, ditado talvez pela fantasia e pela saudade, tomarão corpo a narrativa de tudo o que aqui viram — a opulência e a grandeza das cidades, a riqueza da gente, a densidade das multidões, a trepidação constante, as luzes, o ruído, a polí cromia das coisas, tudo o que na vida de hoje é claro, clamor, ou agitação e que sendo para nós turbilhão confuso de que se foga, deslumbrará seu olhar, afeito apenas à virginal simplicidade e da natureza. Com o afecto e a saudade que levaram aqui, o amor e o orgulho de Portugal eleva-se ao; o Império ganhará novas e claras fidelidades.

Em contra-partida toda essa gente que de tão longe veio mostrar aqui, pela primeira vez dará ao nosso povo a noção exacta da sua vastidão na terra, das suas responsabilidades perante tantos milhões de seres que de nós esperam o fraternal amparo que para sempre os liberte da secular fraqueza em que vivem, das suas largas possibilidades e reservas do mundo. Nomes que andam na tradição popular e se repetem de cor, tomarão de forma e a significação.

Saimos vagarosamente da longa época da descrença e de apatia. O povo tinha perdido a fé em si próprio. Durante mais de um século ouviu falar apenas em direitos, reivindicacões, liberdades — como se esse fosse o caminho da dignidade e da abundância. Esqueceu do que que tinha e do que que valia. A Exposição Colonial vem lembrá-lo. Ao mesmo tempo que pretende re pô-lo no seu orgulho de velhas eras, quer restitui-lo à consciencia dos seus deveres e das suas responsabilidades. Provando-lhe o que tem feito no mundo, servir-lhe-á de incitamento para novas empresas.

Economicamente espero que — depois da cerrada politica de estreitamento comercial que se tem pôsto em pratica e cujos resultados estão à vista já na elevação dos últimos anos das percentagens da importação portuguesa nas Colónias — que a Exposição dê origem a novos laços de interesses entre Portugal daquente e dalem-mar. A pesar de todos os esforços feitos — estas coisas só lentamente caminham — a industria e o commercio nacionais tem ainda imenso campo do trabalho aberto à sua iniciativa e acção. Das colónias pode dizer-se o mesmo em relação à Metrópole. Não quero cançar-vos com números. Direi apenas que ainda há dias verifiquei que em cerca de 300.000 contos de produtos comprados pela Metrópole ao estrangeiro em 1932 — e que todos podiam ser fornecidos pelo nosso Ultramar, está só tinha vendido 17.000.

Atumta a passos de gigante a nacionalização do comércio em certas das nossas colónias. Exigir que aumentasse simultaneamente em toda a parte seria talvez pedir o impossível.

Citarei como o mais importante dos resultados obtidos o caso de Angola: em 1929, último ano do periodo de negocio intenso que se seguiu à guerra, colocou a industria metropolitana naquela colónia 39 % do valor das suas importações; em 1930 desceu essa percentagem para 37 %; em 1931 publicada a lei das transferências que introduziu profundas modificacões na pauta da colónia: as vendas nacionais subiram para 44 %; em 1932 fez-se a feira de amostras de Luanda e as vendas subiram para 43 %; em 1933 atingiam 55 %. Ainda um último esforço nesta subida e a Metrópole terá atingido na colónia o máximo possível de vendas.

O comércio de Angola será praticamente seu.

Julgo que a Exposição Colonial poderosamente concorrerá para esse resultado.

Vem esta, senhor Presidente da República, na lógica duma política económica que no seu desenvolvimento procura servir-se dum conjunto de meios de acção que se completam. Não se isola na simples actividade legislativa — em cuja influencia não confio inteiramente. Tenta ligar interesses, convencer, afirmar possibilidades. Depois das leis reguladoras do sistema de transferências editadas para Angola, Moçambique e Timor, publicaram-se providências que, como os decretos 23.018 e 23.020 tentam estabelecer o quadro duma economia imperial. Mas a sua lealdade e para que os resultados que finhamos em vista alcançar não demorassem e não viessem anarquicamente, fizeram-se as Feiras de Amostras de Luanda e Lourenço Marques — que pelo brilho e importância que revestiram marcaram um movimento de decidida aproximação comercial. Tive então a fortuna de ver em Angola e Moçambique luzida missão de industriais portugueses, que de espírito aberto à compreensão das grandes necessidades da vida nacional, no estudo das possibilidades locais, recolheram os elementos precisos para maiores empreendimentos. Contemporaneamente realizaram-se conferências comerciais. A de Luanda sobretudo deixou um capital de estudos e de ideias que durante muito tempo poderá servir de guia a quem pretender embeirantar-se nos problemas da Colónia. Depois da Conferência Imperial de 1933 foram criadas, na sequência do mesmo pensamento — para, dando carácter de permanência ao esforço feito, e não consentir na perda duma polegada de terreno ganho a servir de base activa a maiores conquistas — as Casas da Metropole em Lourenço Marques e Angola, as Casas do Ultramar em Lisboa e Pôrto. Confio em que, daqui a poucos meses essa organização esteja de pé.

Foi dentro deste ambiente de acção prática que surgiu no Pôrto a ideia de realizar a primeira Exposição Colonial. O Ministério das Colónias acolheu-a com alvoroço. Ofereciam-se-lhe duas ordens de elementos de inextinguível valor: em primeiro lugar para a realização almas de portugueses antigos, perfitas, experimentadas na realização de iniciativas audaciosas confiantes no futuro, certos do triunfo do seu designio magnifico.

Citar os seus nomes seria ferir talvez o sentimento de orgulho que legitimamente podem ter por, em favor do país, terem realizado a mais bela obra: os seus nomes estão na boca e no coração de todos, nesta hora que devem considerar de imarcescível triunfo. Para eles vão as homenagens do Ministério das Colónias.

Depois ofereciam-lhe este quadro sem par que é a cidade do Pôrto, reclinada sobre o Douro, à beira do mar, orgulhosa do passado, certa do futuro, franca e confiante em si, guardião das mais velhas e nobres virtudes lusitanas e, para mais, colocada no centro da região entre fôdas populosas com hábitos de emigração, profundamente interessada nas empresas ultramarinas e desejosa de nelas aumentar ainda o seu quinhão. Não podia desejar-se melhor. Como hospitaleiro magnifico, o Pôrto, solar da raça, abriu liberalmente, à moda antiga, as suas portas ao Império, oferecendo-lhes o calor do seu coração, a graça e a formosura das suas mulheres, o perfume, o viço e a frescura dos seus jardins, as fantasias de ouro e púrpura dos poentes sobre o Douro e sobre o Atlântico e, mais do que isso tudo, o seu poder de trabalho e de organização, a sua vontade de bem fazer, o seu enternecido entusiasmo. Depois de dons tão preciosos só por feitura tradição das cousas podia esta festa, em que se casam o passado e o futuro, faltar ao brilho que promete. Não faltará. Ao Pôrto terão as colónias de guardar duradoura gratidão: o símbolo da aliança que hoje é selado aqui tem-no V. Ex.^a Senhor Presidente da República no grupo, pródigo de promessas, que o rodeia: — segurando nas suas generosas mãos as bandeiras que viram as conquistas e os mares longínquos, — a mocidade de norte à volta das Colónias como que a faz o juramento de as armar, de as engrandecer de as servir, sem limites.

ULTRAMAR é largamente distribuído pelas Colónias, consulados e casas de Portugal no estrangeiro, centros de turismo, estabelecimentos de cultura e ensino oficiais e particulares, associações comerciais, agremiações, organismos coloniais, etc.

A Companhia de Moçambique no Certame

Uma notável documentação da acção daquele importante organismo colonial

O pavilhão onde a Companhia de Moçambique instalou no Palácio das Colónias a sua exuberante e notável representação, que proclama bem alto um elevado esforço de colonização e de patriotismo, constitui um dos grandes atractivos da I Exposição Colonial Portuguesa.

Em três salas grandes, de ornamentação artística, se divide o pavilhão. E' ali que todos os portugueses encontram o mais perfeito, completo e equilibrado documentário da acção progressiva, nacionalizadora, da Companhia de Moçambique.

Na primeira sala avulta um mapa luminoso, do eng. Paulo Barros e de Júlio Costa Mota. Por ele se avalia, em projecções sucessivas, a obra crescente da Companhia, no que respeita ao fomento, à colonização, à assistência técnica e espiritual, etc. E' a síntese de algumas décadas de acção persistente e continua. De Bernardo Marques há um diorama sobre o movimento populacional do território. Duas reproduções em relevo da Escola de Artes e Offícios e do Hospital Indígena, da Beira, que não tem rival, pela sua grandezza e apetrechamento, em todo o continente negro.

Abundam as fotografias, iluminadas, do seu acrescentamento e do extraordinário tráfico de passageiros e carga, ocupa o resto da sala. São notáveis o mapa da triangulação e cadastro geométrico do território, e um projecto de urbanização, colorido, brilhante, que Leal da Câmara pintou sobre a cidade da Beira.

A terceira sala tem, ao fundo, uma sugestão grandiosa da ponte sobre o Zambeze, que ficará sendo a maior do mundo. A Companhia do Bazzi, sub-concessionária da Companhia de Moçambique, tem uma representação exuberante do seu movimento

comercial e de exploração agrícola. Aparentam-se ainda quatro cabeças de negros, modeladas com admirável expressão, pela senhora de Furtado Mendonça, que à escultura dedica seus olhos; e, no centro, amostras de todos os produtos do território, numa afirmação de grande, de inculcável prosperidade.

Herculano Nunes, antigo e brilhante jornalista e delegado da Companhia de Moçambique junto da Exposição visionou e organizou, com expressivo rigor, esta interessantíssima demonstração que é, também, uma parada de forças. Leal da Câmara, professor e ilustre artista, que todo o País admira, ergueu a obra, que honra a Arte Portuguesa, pela excelência, equilíbrio e harmonia que tudo revela.

O sr. Presidente da República, que visitou o pavilhão, onde foi recebido pelos administradores srs. João de Azevedo Cou-

tinho, dr. Augusto Soares, Almirante Ivens Ferraz, eng. Sá Carneiro e Teófilo de Magalhães, e eng. Anselmo Vieira, do Conselho Fiscal, não escondeu a sua admiração pelo que viu, e que, na sua própria expressão, era uma obra de nacionalismo. O sr. ministro das Colónias, que ali foi também, em visita particular, agradeceu ao sr. dr. Augusto Soares a colaboração valiosíssima que a Companhia de Moçambique dera à Exposição, e acrescentou que a documentação permitia fazer inteira justiça ao esforço colonizador nas terras de Manica e Sofala. Este pavilhão tem sido extraordinariamente visitado, com aspectos da cidade da Beira e do seu pórtico, através dos tempos, numa evolução que nos prende e encanta. Um mapa curiosíssimo dá-nos a expansão da raça «bantua» e das treze tribus que derivam dela; e de cada espécie há uma cabeça fotografada, em colecção rara e preciosa para a ciência. O gráfico das Missões aponta para 64 estações portuguesas, 1 estrangeira; e para 86 missionários portugueses, 2 que o não são. Abel Manta, em dois formosos dioramas, de grande beleza e sugestão indica o desenvolvimento dos serviços de saúde, de instrução primária e rudimentar de escolas técnicas. A antiga fortaleza de Sofala, construída em 1505 com pedras que os navios levaram do continente, surge numa reprodução exacta. Nem faltam, no ambiente, salas de ferro, enormes, e duas dessas pedras, que ao cabo de cinco séculos voltam a Portugal. E ali estariam os velhos canhões, se a Alfândega de Lisboa os não considerasse material de guerra...

Na segunda sala fica a secção de história, com uma carta de Ventura Ferreira que parece um portulano, e onde se definem os reinos indígenas do século XVI. Há três painéis magníficos de Alberto de Sousa, respeitantes à penetração portuguesa, à submissão dos indígenas e à ocupação. No canto oposto, a secção da colonização, com os mapas onde se apontam as áreas ocupadas. Com eles se rectifica a afirmação de que o território, na sua maior parte, foi dado, em concessões, a estrangeiros. Dois terços, afinal, são explorados por portugueses; o outro, está a cargo de ingleses, gregos, alemães e diversos, que respeitam e cumprem inteiramente as leis portuguesas e a nossa soberania. Mais três quadros de Alberto de Sousa explicam o fabrico de açúcar e de algodão, e mostram o barco « Vasco da Gama », com que os emigrantes poveiros ganham o pão na dura faina da pesca. O pórtico da Beira, em mapas de relevo, em gráficos, em números expressivos

PALACIO-HOTEL

VILA DO CONDE

Uma das Praias mais elegantes do Norte do País a 20 minutos do Pôrto

Recomendado pelo Automóvel Club e Comissão de Turismo

Construção moderna Magníficos aposentos com quarto de banho
Ampla sala de jantar Comunicação telefónica com todo o País
Água corrente quente e fria em todos os quartos Cabines para recolha de Automóveis.

TELEPHONE VILA DO CONDE

ALMOÇOS E JANTARES SERVIÇO DE 1.ª ORDEM
ESTANCIA DE REPOUSO E TURISMO

Os Fósforos Nacionais



para o Império Colonial Português

fabricados pela

SOCIEDADE NACIONAL DE FÓSFOROS

Funcionamento do certame

A partir da próxima segunda-feira a Exposição passa a funcionar das 14 horas à meia-noite, sendo obrigatória a abertura dos pavilhões a essa hora, sem tolerância.

A's sextas-feiras a Exposição não funciona de dia, abrindo às 20 horas. Este dia é destinado a descanso do pessoal e a reparações de materiais e limpeza geral do Palácio das Colónias, pavilhões e ruas dos jardins.

“La Fraternidad — Galaico-Lusitana,,

Transcrevemos do importante diário Faro de Vigo:

« El más extendido de los tópicos en circulación — el más extendido y el menos verdadero; siempre acontece lo mismo — es el tópico de la amistad entre los pueblos. Porque acontece que cuando los representantes — más o menos eficientes de los países — van por el mundo adelante invocando motivos de raza o de lo que sea, para hablar de afectos entre naciones, disfrazan, con arte o sin arte, la verdad del supuesto cariño.

Pero en las relaciones galaico-portuguesas no acontece tal. La región galaica y la nación lusitana se aman de veras. ¿Por qué?... No es esta sección ni es este el momento de analizar las causas de que los afectos entre Galicia y Portugal sean intensos y tengan un fondo emotivo inalterable.

Y esta realidad se manifiesta en cuanto Portugal da un aldabonazo en Galicia y en cuanto Galicia da un aldabonazo en Portugal.

ULTRAMAR

ORGÃO OFICIAL DA EXPOSIÇÃO COLONIAL

Ayer mismo se puso de relieve la densa corriente de afinidades que entre Galicia y Portugal existen.

Bastó una nota en la Prensa matinal viguesa, anunciando la visita a nuestra ciudad del preclaro lusitano señor Henrique Galvão, director general de Colónias y promotor y realizador de la I Exposición Colonial Portuguesa que se inaugurará en Oporto a mediados del próximo mes, para que todos los organismos representativos de nuestra población estuviesen presentes en el tributo de homenaje al hombre que ha hecho efectivo el certamen de gentes y cosas exóticas más importante que Europa ha conocido en

todos los tiempos, porque en él dará Portugal a conocer todo lo que es y todo lo que significa en el mundo su formidable Imperio colonial.

Si la corriente de cordel afecto que está siempre circulando entre Portugal y Galicia — especialmente entre Vigo y Oporto — no fuese un hecho claro y evidente ¿sería factible, la efusión que ha presidido todos los actos en homenaje al director general de Colónias de Portugal?

Creemos que no; si en el espíritu de Vigo no estuviere vivo y latente el amor a Portugal, los actos de ayer caracerían de la densa emoción que han tenido y que fue su nota más destacada.»

Os Grandes Armazens Nascimento na Exposição

Amavelmente, a administração dos Grandes Armazens Nascimento mandou moblar e decorar o gabinete da Direcção da I Exposição com apurado gosto, dando ao ambiente, como convinha, uma nota de sobriedade e distincão.

Também, aqueles considerados armazens, conhecidos em todo o País, guardaram com artísticos e confortáveis móveis, num gesto amável, o salão de festas onde foi servido, no dia da inauguração, o copo de água em honra do Chefe do Estado.

Dirigiu aquelas decorações o sr. António do Nascimento Neto, digno e activo administrador dos Grandes Armazens Nascimento.



Vários aspectos da inauguração oficial da I Exposição Colonial Portuguesa — EM CIMA, à direita — Os srs. Presidente da República, dr. Armindo Monteiro, Cardeal-Patriarca e Ministro da Guerra apreciando a «maquette» do porto de Lourenço Marques. A' ESQUERDA, em frente ao padrão Diogo Cão — O sr. General Carmona cortando a fita no momento solene da abertura. AO CENTRO — Os clarins e a «mascotte» da tropa de Africa. NO CERTAME — O Chefe do Estado, entre o sr. Ministro das Colónias e o sr. capitão Henrique Galvão, Director-técnico da Exposição, em frente do Palácio das Colónias. EM BAIXO, à direita, no baile de gala no Palácio da Bolsa — O sr. Presidente da República com «madame» António Calem. A' ESQUERDA — O Régulo da Guiné, Mamadu-Sissé, ladeado pelas «miss» Corunha e Vigo, quando da visita destas gentis espanholas à Exposição.